



12° CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL

La Plata, junio y septiembre de 2021

GT41: Maternidades y maternajes situados: prácticas, representaciones, agencia y poder

Novos e velhos dilemas sobre o feminismo e a maternidade: análise do movimento *childfree* no brasil

Fernanda Ciribelli. PPGSA/UFRJ

Juliana Borges de Souza. PPGCS/UFRRJ

Thainá Freitas. PPGCS/UFRRJ

Resumen

O movimento “Childfree”, iniciado a partir de pautas feministas nos Estados Unidos dos anos 70, é hoje reivindicado como classificação identitária de pessoas que mobilizam discursos polifônicos sobre sua definição: desde o direito ao acesso à métodos contraceptivos definitivos até o ódio à crianças. No Brasil da segunda década do século XXI, esses discursos podem ser observados em postagens e comentários de páginas de Facebook que reúnem militantes e apoiadores do movimento Childfree. Este artigo pretende identificar netnograficamente de que forma os discursos manifestados nesses meios digitais tencionam categorias como feminismo, maternidade e classe ao acionarem entendimentos sobre as possibilidade de planejamento familiar no Brasil.

Palabras clave: *Childfree; Feminismo; Maternidade; Discurso.*

Introdução

Childfree, *childless* ou *childlessness* são algumas das expressões associadas, ao movimento de pessoas que aderem a um estilo de vida que se baseia na opção voluntária por não ter filhos. Este movimento aparece no primeiro momento como uma pauta feminista, reivindicando direitos reprodutivos, mas ao ser tencionado com os marcadores sociais da diferença como raça/etnia, classe social, gênero torna-se mais complexa a relação entre o feminismo e a maternidade. Ainda que cada uma das expressões seja usada em contextos específicos – podendo aparecer para designar também pessoas que não têm filhos por razões involuntárias, ou ainda pessoas que não querem conviver com nenhuma criança – todas fazem parte do campo semântico e discursivo que envolve uma identidade coletiva de pessoas que se denominam realizadas social e emocionalmente com sua escolha de não possuir filhos.

O intuito desse artigo, portanto, é buscar identificar as diversas polifonias que se apresentam nas publicações feitas por páginas virtuais autodenominadas *childfree* e nas interações que elas recebem, para, a partir desse entendimento, empenhar-se em entender a quem esses discursos se dirigem e entender as dissonâncias com os movimentos feministas. Sobre a metodologia empregada, utilizaremos a análise de discursos presentes na plataforma de rede social Facebook, entendendo esse como um palco de encontro e de ação de redes e movimentos sociais. As identificações dos sujeitos em ambientes virtuais são possibilidades fundadoras de movimentos que, cada vez mais, ganham voz e influência na sociedade.

A base teórica desta pesquisa são os estudos de gênero que buscam compreender a vivência de mulheres em relação à maternidade, vivenciando-a ou não, por diferentes motivações e com diferentes experiências. A apreensão da mulher sobre seu curso de vida e decisões reprodutivas, enseja que o corpo feminino, nesse sentido, seja visto como “um corpo sujeito da cultura e sua base existencial”. (CSORDAS, 2008, p. 102). A principal ferramenta metodológica utilizada aqui é a análise do discurso. Foucault (1997) conceitua o discurso como um sistema de signos que reproduz mais do que o que está sendo apenas falado, pois carrega significados de valores sociais estabelecidos. Ou seja, um discurso se conecta a

vários outros já propagados na sociedade formando dispositivos de poder e exclusão através de uma ordem normativa imposta discursivamente.

Um discurso, portanto, carrega sempre uma força social e política, o gênero, nessa medida possui força discursiva organizadora. Foucault (2013) esclarece que a produção, a distribuição e o controle dos discursos se dão através de uma malha de dispositivos e subjetividades que se impõem sob o sujeito que, ao mesmo tempo que se constitui através dele, o reproduz e o cria ele próprio. Portanto, as pessoas participantes de grupos de Facebook dedicados à reunião de pessoas que se autodenominam *childfree* são sujeitos sociais que, a medida que constroem discursos em suas interações nas redes sociais, são também constituídas e estruturadas por discursos. Suas interações, portanto, não estão descoladas da ordem social que a constituem e são por elas mesmas constituída.

A crítica feminista: percepção sobre ciência, antropologia, parentesco , gênero e maternidade

Sobre o cerne da discussão da construção da “ciência” enquanto um lugar de disputas, Schiebinger (2001) aponta que isso implica pensar nas postulações do universo masculino, construindo visões que produzem e reproduzem visões masculinas:

A ciência moderna é um produto de centenas de anos de exclusão das mulheres, e, por isso, o processo de trazer mulheres para a ciência exigiu, e vai continuar a exigir, profundas mudanças estruturais na cultura, métodos e conteúdo da ciência. Não se deve esperar que as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las. (SCHIEBINGER, 2001, p. 37)

De acordo com Overing et al (2001) ao incluir as vozes e temas das mulheres em suas análises antropológicas e nas etnografias muda-se também as concepções sobre a própria disciplina. As mulheres na antropologia, historicamente, como mostrou Mariza Corrêa (2003), por mais que existissem, apareciam como

coadjuvantes em suas pesquisas. Com o advento do movimento feminista, ao pôr em xeque as perspectivas das relações de gêneros o debate foi redirecionado, inclusive o debate de parentesco. As análises sob a perspectiva do gênero, enquanto uma categoria analítica, contribuiu e contribuem para compreensão e construção de sistemas de práticas e de valores que organizam o mundo social.

Sherry Ortner, nos anos 70, escreveu um clássico chamado “Está a mulher para natureza assim como o homem está para cultura?” que dizia muito das preocupações das pesquisadoras/acadêmicas feministas da época. Em suma, a ideia era tentar explicar o status das mulheres enquanto um aspecto secundário do feminino na sociedade e como isso aparecia como uma verdade universal. Ela queria entender a lógica que subjaz o pensamento cultural a qual assume uma inferioridade feminina. A autora chega a três explicações para sua tese: as mulheres são inferiores aos homens por conta de (1) os elementos ideológicos culturais, (2) os esquemas simbólicos e (3) e as classificações socio-estruturais. Nesse cenário há a ideia de que há algo na espécie dominante (nos machos) que faltam às fêmeas. Ela chega à conclusão de que os processos corporais das mulheres que não têm uma função específica, a não ser para procriação, (como os seios, menstruação etc), seria a base da submissão. As mulheres por gerarem vidas precíves, enquanto os homens criariam objetos que são duradores, eternos e transcendentos, levariam o status da inferioridade feminina.

Sobre esse tensionamento entre o feminismo e a procriação/maternidade, Scavone (2001) aponta que os debates amadurecem entre o fim dos anos 1960 e meados da década de 1980. As mudanças advêm nas sociedades ocidentais devido às transformações realizadas pós-Segunda Guerra Mundial: a grande rapidez da industrialização e da urbanização; a grande inserção das mulheres no mercado de trabalho; o controle da fecundidade e da contracepção por meio da medicalização destacando a pílula contraceptiva.

A autora consagra três momentos do movimento feminista acerca das visões sobre a maternidade. No primeiro foi entendido que a maternidade era um “defeito natural”, e a negação da maternidade seria o primeiro passo para acabar com a dominação masculina, e a mulher então seria reconhecida com outras potencialidades. O

segundo momento é a negação do “defeito natural”, e a maternidade é posta como identidade e poder feminino de gerar filhos. E o último momento é a desconstrução do “defeito natural”, mostrando que “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade” (ibid p.141). Esse último adveio com a expansão das novas tecnologias reprodutivas.

Vale a pena dizer que os movimentos feministas, além de trazerem tensionamento sobre a questão da maternidade, trazem outros marcadores da diferença postos em cena ao longo da história do movimento, mostrando sua pluralidade e concepções. Carneiro (2017) aponta que a crítica das feministas negras da década de 1980 está na essencialização da categoria mulher, em relação às feministas brancas:

Crítica das feministas negras na década de 1980 ao feminismo branco, que, em tese, havia essencializado a ideia de mulher, tanto no corpo quanto na noção de mulher branca, sem ponderar a respeito da diversidade entre as mulheres. Foi justamente por isso que as feministas negras passaram a dizer ser impossível de se reconhecerem enquanto sujeitos da experiência e de direitos sem que, a um só tempo, raça, classe e gênero se comunicassem e compusessem uma interface a não ser separada. (CARNEIRO, 2017, p. 419-420).

A autora Angela Davis nos apresenta componentes ideológicos, políticos e econômicos do modelo de produção escravista, que sustentam até os dias de hoje a dominação de classe. Ao realizar um percurso histórico a autora destaca como os negros eram tratados como coisas (lucro) e não como seres humanos (Davis, 2016, p. 17).

De maneira bastante elucidativa, a autora discorre sobre o fato de que, no período pós-abolição, as mulheres foram, no que tange a divisão do trabalho, divididas por uma ótica desigual. As mulheres negras foram “destinadas” a agricultura e ao serviço doméstico, (sujeitas a condições de exploração extremas e inúmeras violências), as mulheres brancas pobres foram “destinadas” às fábricas, enquanto as mulheres brancas burguesas tiveram seus destinos ligados a “nobre missão” de

“serem mães e donas de casa”, por meio da ideologia da maternidade compulsória, destacando o viés racial e de classe.

O culto à maternidade do século XIX enfatizou o papel das mulheres como mães, cuidadoras, afetuosas etc, porém essa ideia da mulher ligada a esse ideal de feminilidade não incluía as escravas do regime escravagista, que, “aos olhos de seus proprietários, não eram realmente mães” (Davis, 2016, p. 19), mas apenas reprodutoras.

Na mesma esteira de Orther, podemos destacar outro clássico, da pesquisadora/antropóloga/feminista Gayle Rubin(1993) chamado "Tráfico de mulheres, Notas Sobre a Economia Política do Sexo", também da década de 70. Nesse artigo, ela faz uma crítica as teorias marxistas, freudianas e levi-straussianas. Esse último autor, vamos destacar por sua pertinência nos estudos de parentesco na antropologia. A autora diz que as teorias podem fornecer instrumentos conceituais com os quais se podem elaborar descrições da área da vida social que é o lócus da opressão das mulheres. Dessa forma, ela cunha um conceito chamado sistema de sexo/gênero, que “é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (p.3). Para a autora, os sistemas de parentesco são maneiras de exprimir empiricamente o sistemas de sexo/gênero. O parentesco expõe formas concretas da sexualidade organizada socialmente e as reproduzem.

Rubin (1993) reflete sobre a construção de análise de Lévi-Strauss, que entende que a essência dos sistemas de parentesco reside na troca de mulheres entre homens, ele vai, de acordo com Rubin, construir uma teoria implícita da opressão sexual. O intercâmbio de mulheres não seria o construtor da cultura, mas como bem apontado por Piscitelli (1998), trata-se de uma percepção de certas relações sociais da construção do sexo e gênero, cujo resultado é a ausência de plenos direitos para as mulheres. Como Rubin (1993,p. 25) aponta:

Os sistemas de parentesco não se limitam simplesmente a trocar mulheres. Eles trocam também acesso sexual, status genealógicos, nomes de estirpes e

ancestrais, direitos e pessoas – homens, mulheres e crianças – dentro de sistemas concretos de relações sociais. Essas relações sempre incluem determinados direitos para os homens, e outros para as mulheres. “Troca de mulheres” é uma maneira sintética de expressar o fato de que as relações sociais de um sistema específico de parentesco determinam que os homens têm certos direitos sobre as mulheres de sua família, e que as mulheres não têm os mesmos direitos nem sobre si mesmas nem sobre seus parentes de sexo masculino. Nesse sentido, a troca de mulheres revela uma percepção profunda de um sistema no qual as mulheres não têm direitos plenos sobre si mesmas.

O que se tinha de contexto, como apontado por Ortner (1979) e o que também aparece nas análises de Rubin(1993), era o desejo por parte das agendas políticas das pesquisadoras feministas de uma mudança de uma ordem social e cultural na qual a classificação do potencial do mundo seja aberto para as mulheres, tanto quanto para os homens.

Claudia Fonseca (2003) relembra a ideia de Fox de 1967 sobre o lugar do parentesco canônico nos estudos da antropologia, sendo este central para constituição da disciplina. Ainda neste período de 1973, ela analisou um livro célebre chamado "Character of Kinship" organizado por Jack Goody. Tinham como os autores Goody, Edmund Leach, Fredrik Barth, Maurice Bloch, Stanley Tambiah, J Barnes, Julian Pitt-Rivers, Raymond Smith e Andrew Strathern a maioria britânicos, trabalhando na linha de Meyers Fortes (p.14). É interessante quando Fonseca (2003) retrata a foto da capa desta coletânea para ilustrar os valores que subjaz a proposta dos estudos da época. Trata-se de uma escultura de bronze de Henry Moore que mostra um homem, uma mulher e duas crianças em atitudes de convívio familiar, sem rosto, sem cor, mostrando o tom de peso e universalidade impessoal do projeto editorial. Tinha um "tom afetivo e moral da família nuclear anglo-saxã. A justaposição do título e da imagem produz a sensação (sem dúvida intencional) de que esse núcleo é a célula matriz da sociedade" (ibid.,, p.14).

Após esse volume, nas décadas de 70 e 80 no campo da antropologia, com emergência dos estudos de gênero, houve um hipotético declínio nos estudos de família e parentesco. Aconteceu o que autora chamou de uma suposta "década de

silêncio" sobre a produção editorial com as temáticas do parentesco. Em 2000, quase três décadas depois da edição de 1973, Carsten vai dizer que não se teve uma obra de peso na antropologia que discutisse a temática do parentesco. Em contraponto, Fonseca traz a imagem do livro editado de 1998 chamado *Relative Values*, consequência da conferência Wenner-Gren em contraste do livro "Character of Kinship". A capa do livro é imagem irônica de uma família convencional. O artista mexicano Julio Galán desenhou um casal, o gato representando a mãe e o cachorro representando o pai, atrás da figura de um menino humano. "As três figuras estão de pé, seus corpos imobilizados por causa dos panos que, em estilo de múmia egípcia, os encasulam. As suas diferentes personalidades aparecem apenas nas cabeças, essas sim, preservadas e com olhar penetrante."(ibid., p.15). Essas mudanças se deram sobretudo com a relação da produção feminista com a ciência tradicional, "implicando num rearranjo de categorias analíticas que não somente lança uma nova luz sobre o passado, mas também (oxalá) ajuda a formular uma agenda frutífera para estudos no futuro" (ibid, p.26).

Sobre o movimento *childfree* e suas manifestações em redes sociais brasileiras

Sapleton (2018) faz uma explanação sobre as raízes do movimento *childfree* que, ainda que não seja novo, vem nos últimos anos recebendo especial atenção midiática e acadêmica, especialmente nos Estados Unidos. A autora esclarece que em 1972 surgiu o primeiro grupo americano declaradamente ativista pela "escolha livre de reprodução": o NON – *National Organization for Non-Parents*, associado intrinsecamente aos valores feministas de segunda onda que defendiam direitos reprodutivos e a liberdade de escolha feminina.

Feminism and its adherents have undoubtedly played a key role in illuminating the *childfree* from the societal shadows. Second wave (large, white, colonial) feminists, whose campaigns intensified in the 1960's and 1970's, placed reproductive rights and sexual freedom at the heart of their crusade, and associated with the

subjugation of women with domestic roles and normative heterosexuality carved out within a patriarchal order. (SAPPLETON, 2018, p. 2)

É importante salientar que apesar do movimento, especialmente atualmente, não ser constituído apenas de mulheres a reivindicação pelo direito à escolha de reprodução ou não-reprodução é inerente ao feminismo, já que a cultura patriarcal impõe a maternidade e a maternagem¹ como naturais e compulsórias para as mulheres, pois seriam partes dissociadas de uma identidade feminina (O'REILLY, 2013). O ideal materno discutido por O'reilly (2013) carrega consigo a ideia de uma maternagem que, além de compulsória para as mulheres, é também devotada e cheia de sacrifícios. Banditer (2011) analisa que esse ideal tradicional de maternidade é um dos fatores apontados nos discursos de mulheres que não desejam filhos.

Sob essas mulheres recai um questionamento social que aponta para um não conformismo a respeito da escolha pela não maternidade, já que, sob uma ótica social normativa, para a mulher, ter filhos seria supostamente um desejo mais natural que para o homem.

Gradvohl (2015) apresenta uma pesquisa realizada na Nova Zelândia que interrogou 183 homens e 191 mulheres sobre suas impressões a respeito de casais sem filhos. Os resultados comprovam uma visão depreciativa em relação às mulheres, ainda que a decisão fosse do casal. De acordo com a pesquisa, "a identidade feminina é confundida com a maternidade, a ligação entre paternidade e masculinidade é mais fraca". (GRADVOHL, 2015, p. 11- 12)

Banditer (2011) afirma que o desejo de ter filhos não é universal e que não é possível validar o instinto materno, tão falado e difundido como natural e inerente às mulheres. Portanto ter filhos é uma escolha, e o discurso do direito à escolha e, especialmente, de ter essa escolha respeitada, é há anos apropriado por pessoas que se dizem *childfree*. Esse movimento, porém, vem apresentando diversas formas de posicionamento e divergentes discursos entre seus participantes que, muitas vezes, chegam a professar posicionamentos antagônicos.

¹ Segundo O'REILLY, 2013 a maternagem é encarregar-se do trabalho doméstico de cuidar e educar os filhos.

O movimento *childfree* hoje não está ligado exclusivamente a uma agenda feminista como aconteceu em sua origem, e nem circunscrito a países ricos que possuem uma grande taxa de pessoas que decidem não ter filhos. No Brasil, ainda que não tenhamos encontrado através de uma pesquisa digital associações oficiais ou grupos de apoio a pessoas que optaram por não ter filhos, é possível encontrar facilmente nas redes sociais, em especial no Facebook, páginas que reúnem pessoas, na maioria mulheres, que se identificam com a identidade *childfree*.

Polifonia narrativas: análise dos discursos *childfree* em páginas do facebook

Nas páginas de Facebook aqui analisadas, fica evidente a polifonia entre os participantes que se vinculam através de curtidas, comentários ou compartilhamentos por se identificarem com o que dizem seus organizadores. A polifonia existe também entre os que interagem com a página para discordar de suas publicações. Para exemplificar e analisar alguns dos discursos mais comuns nas páginas, com o intuito de compreender como o movimento *childfree* tem sido abordado por brasileiros em redes sociais, escolhemos, por hora, analisar publicações de três das páginas que recebem mais interações: A página *Somos Childfree* que possui 134.882 curtidas e se auto classifica nas categorias de página sobre “Educação” e “Organização Política”; a página *Laqueadura sem filhos* que possui 13.532 curtidas e se classifica como “Site Pessoal” de propriedade de Paula Oshikawa; e ainda a página *ACF – Associação Childfree Brasil* que tem 5.639 curtidas e está classificada como “Causa”.

Um dos campos de discurso acionados algumas vezes pelas três páginas, e que primeiro vamos exemplificar com imagens, é o já citado direito à decisão de não ter filho e o direito ao próprio corpo, mobilizando inclusive um posicionamento pró-legalização do aborto. Esse posicionamento vai ao encontro das discussões feministas que iniciaram o movimento *childfree*, que buscavam o respeito e a liberdade de escolha das mulheres. Segundo Bandinter (2011) a diversidade de escolha a respeito de tal decisão é o que caracteriza as mulheres de nossa época.

A publicação feita pela página *Laqueadura sem filhos* mostrada na *Figura 1* apresenta uma ilustração de uma mulher sendo julgada pelas pessoas a sua volta

que questionam sua decisão de não querer ter filhos. “Nesse sentido, não desejá-los pode ser lido como um desvio do ideal feminino esperado socialmente, o que caracterizaria essas mulheres como ‘erradas’, ‘defeituosas’” (SOUZA, 2018, p. 9). Experiências de mulheres que vivenciaram esse tipo de opressão podem ser encontradas nos comentários da publicação, um exemplo é o relato de Giuliane² que conta sua vivência ao tentar realizar uma laqueadura voluntária:

Giuliane: algum médico no Rio de Janeiro para indicar? já fui em vários, mas todos me olham como se eu fosse maluca. tenho 27 anos, não posso fazer uso de contraceptivos e tô no time das malucas/irresponsáveis/sem amor/futuras arrependidas/que vai morrer sozinha que não desejam ter filhos e que quer fazer uma laqueadura. não me importo de ter que pagar! (COMENTÁRIO DA PÁGINA LAQUEADURA SEM FILHOS).



Figura 1: julgamentos

fonte: pagina do facebook "Laqueadura sem filhos" em 16 de janeiro

Outro acionamento discursivo frequentemente abordado por todas as páginas analisadas, confirmando a polifonia existente nas subjetividades de suas postagens,

² Comentário reproduzido integralmente, apenas o sobrenome da mulher foi suprimido para respeitar sua identidade.

está a oposição direcionada, em alguns momentos de maneira hostil, às mulheres que optaram por procriarem ou àquelas que não o fizeram por opção, mas que também possuem prole. As publicações, nesse momento, são opostas àquelas similares à *Figura 1* pois fazem um julgamento de valores a respeito das diferentes escolhas possíveis para as mulheres.

O exemplo Figura 2 ilustra o como uma defesa imagem mostra a ilustrada de uma aposentados pobres, por seu filho mesma mulher, pessoas que ter filhos. Essa duas questões nas publicações *childfree*: a primeira entre pessoas que como “pobres, infelizes, e não realizadas profissionalmente” e as pessoas CF³ como “pessoas ricas, felizes e realizadas”.



mostrado na que vemos acusatória. A representação mulher em sendo xingada enquanto, esta critica as escolheram não imagem traz muito frequente das páginas é a oposição tiveram filhos

³ Abreviatura para *childfree* comumente utilizada nas páginas de Facebook estudadas.

Figura 2:

Publicação feita pela

*Fonte: página “Associação Childfree
Brasil” em 17 de novembro de 2018*

Outro ponto frequentemente abordado por esse tipo de publicação é um discurso marcado segmentação pela classe. A acusação e o discurso de que as pessoas não deveriam “reproduzir” é visivelmente voltado para pessoas pobres, como confirmado nos comentários de outra publicação feita também pela página *Associação Childfree Brasil* no dia 20 de dezembro de 2017. A publicação mostra uma família de quatro filhos e pais desempregados que recebem o Bolsa Família (Programa social de distribuição de renda implementado durante o primeiro governo Lula). Os comentários, em sua maioria, carregam não somente o discurso de que as pessoas não deveriam ter filhos, mas de que as pessoas pobres não o deveriam: “*Aida: Na boa, eles só não pedem para sair transando. Depois da merda feita, pedem tudo para todo mundo*” ou ainda: “*Bruna: Só perpetuando a miséria. Mas sem sexo não ficam*”.

Já na *Figura 3* aparece o discurso mais frequente dentre os diversos apreendidos pelas páginas e pelas pessoas que interagem com elas: a repulsa direcionada às crianças. Em muitas interações e publicações nas páginas de Facebook aqui analisadas, encontramos pessoas que explicam a “filosofia” *childfree* como um estilo de vida não somente de pessoas que não querem ter seus próprios filhos, mas de pessoas que não querem conviver com nenhuma criança. Ainda que tal discurso seja o mais frequentemente acionado, é também o que mais recebe críticas e gera polêmicas nas páginas. Analisando os comentários, é possível perceber que, nesse

ponto, não há somente polifonia, mas discursos polarizados entre as próprias pessoas autodenominadas *childfree*.



Os comentários encontrados na publicação -ilustrada pela *Figura 3* ratificam a hipótese de que o movimento CF hoje no Brasil é muito heterogêneo. Há, por exemplo, os participantes que concordam com o discurso acionado: *“Emily: Ah claro, se vc odeia cachorro/gato tudo bem... agr se vc odeia criança nooOOoçAA kirida, vc n tem alma nAumm?”* Em contrapartida, há pessoas que se identificam como CF, mas não com essa vertente: *“Ana Paula: Nossa, que frase nada a ver, quem é childfree não odeia crianças, apenas não quer ser mãe. Eu não me vejo mãe nunca, mas nem por isso odeio bebês. Frase tosca” sic.* E, há ainda pessoas que se opõe ao movimento CF se apropriando de categorias feministas:

Fernanda: Mulher ‘childfree’ não merece sororidade, nem consideração, nem direito a fala. Maternidade não deve ser imposição a ninguém, mas ofender mães e crianças (um dos grupos de maior vulnerabilidade e exploração social) é NOJENTO. Não existe nenhuma diferença entre vcs e um neonazista. Vcs são imundas. (COMENTARIO DA PÁGINA SOMOS CHILDFREE)

Direitos reprodutivos e discursos sobre a natalidade no brasil

A queda na taxa de natalidade é uma realidade constatada em diversos países e, ainda, um problema declarado em muitos deles. O Brasil, nesse contexto, possui taxas altas se comparado a países europeus por exemplo, no entanto, Gradwohl (2015) apresenta dados que apontam para uma queda constante e crescente no número de filhos por pessoa no país.

Também no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) identificou declínio na taxa de fecundidade: no ano 2000 era de 2,38 filhos por mulher, já em 2013 os resultados apontaram 1,77 filho. De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, o número de casais sem filhos vem aumentando a cada ano. O índice variou de 18,8% em 2000 para 19,4% em 2013; (...) Observa-se, entretanto, que o número de estudos é baixo se comparado, por exemplo, aos estudos sobre casais inférteis. É possível que isso ocorra, porque as sociedades, em geral, tendem a promover maior identificação social e interesse pelas pessoas que querem procriar e não conseguem. (GRADVOHL, 2015, p, 10 - 11)

A autora irá apontar ainda, como visto, que os estudos a respeito de pessoas ou casais sem filhos se concentra hoje em análises a respeito de pessoas que não tiveram filhos porque não puderam, por diversos motivos, ainda que fosse essa sua vontade. As pessoas que não possuem filhos porque optaram por não ter, no entanto, não recebem o mesmo interesse acadêmico. Ainda que sejam um grupo em crescimento no mundo todo, tais pessoas geram uma menor assimilação social.

Souza (2018) coloca que o cenário midiático, por sua vez, retrata majoritariamente a plenitude da maternidade e da maternagem, ainda que venha crescendo o número de veículos que se preocupam em expor os conflitos gerados por essa experiência e, ainda, as produções que buscam questionar a associação necessária entre mulher e mãe.

A era moderna é marcada pela possibilidade dos sujeitos de determinar seus cursos de vida por suas motivações próprias como identificou Simmel (1983), as relações de poder e as subjetividades dos discursos sociais irão entremear essa possibilidade de decisão. As interações sociais entre os sujeitos, portanto, é criadora de identidades e reflexões. As articulações entre identidades pessoais e identidades

coletivas podem, muitas vezes, constituírem redes de movimentos sociais; “esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. (SCHERER-WARREN, 2006, p 113)

As identidades coletivas vêm, assim, ganhando novos contornos com o intermédio das redes sociais virtuais, ou talvez, novas formas de expressão e organização. As páginas dedicadas ao movimento *childfree* no Brasil são um exemplo dessa nova possibilidade já que não pudemos encontrar associações ou grupos de apoios a pessoas que optaram por não ter filhos em formatos tradicionais.

Considerações finais

A relevância de pesquisas sobre a temática apresentada dentro da antropologia, portanto, se justifica na sua importância para os estudos de gênero e parentesco, já que trata do direito da mulher sob seu próprio corpo e sob suas escolhas. Concomitante, há também a importância de entender as redes sociais virtuais como nova e relevante forma de organização e identificação social, como campo de pesquisa, e como crescente plataforma de articulações políticas e identitárias como ocorre, por exemplo, com os diversos movimentos feministas.

As redes sociais seriam contraproducentes para a construção de uma identidade coletiva dos que optaram por não ter filhos e protestam pelo direito de ter sua escolha respeitada, por também questionarem a decisão de outras mulheres? Ou seriam uma resposta à opressão que as mulheres que não desejam filhos sofrem pela imposição da maternidade? Ao buscar desconstruir imposições sociais as páginas criam novas normativas do que é ser mãe e do que é não o ser?

Referências bibliográficas

BADINTER, E. O conflito: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

- CARNEIRO, Rosamaria. O peso do corpo negro feminino no mercado da saúde: mulheres, profissionais e feministas em suas perspectivas. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 22, n. 2, p.394-424, 31 dez. 2017.
- CORRÊA, M. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003 cultura? In: 1979.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo. 2016.
- FONSECA, Claudia Lee Williams. De afinidades a coalizões: uma reflexão sobre a "transpolinização" entre gênero e parentesco em décadas recentes da antropologia. *Ilha: revista de antropologia*. Florianópolis, SC. Vol. 5, n. 2 (dez. 2003), p. 5-29, 2003.
- FOUCAULT, M. (2013). *A ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 11a ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana, *Vivências de casais que optaram por não ter filhos = Experiences of childfree by choice couples*, Tese de Doutorado, UNICAMP, 2015: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/312891> .
- GROSSI, Miriam Pillar. *Gender and kinship: gay and lesbian families in Brazil*. *Cadernos Pagu*, n. 21, p. 261-280, 2003.
- HERRING, S. C. *Discourse on Web 2.0: Familiar, reconfigured, and emergent*. In TANNEN, D.; TRESTER, A.M. (Eds.). *Discourse 2.0: Language and new media*. Washington D.C.: Georgetown University Press, 2012. p. 16-41.
- Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Joinville - SC – 2 a 8/09/2018 < <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2018/resumos/R13-2143-1.pdf>>
- Matriocentric Pedagogy and Maternal Empowerment. *Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement*, 2013, v. 4, n.1, p.185-209.
- NUCCI, Marina Fisher. *Crítica feminista à ciência: das "feministas biólogas" ao caso das "neurofeministas"*. *Estudos Feministas*, v. 26, n. 1, p. 1-14, 2018.
- O'REILLY, A. "It saved my life": The National Association of Mothers' Centres,

- ORTNER, Sherry. Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura. ROSALDO, Michelle Z.; LAMPHERE, Louise. A mulher, a cultura, a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OVERING, Joanna; FORTIS, Paolo; MARGIOTTI, Margherita. Kinship in Anthropology. International encyclopedia of the social & behavioral sciences, online version updated, v. 2004, p. 8098-105, 2001.
- PISCITELLI, A. “Nas fronteiras do natural: gênero e parentesco”. In: Revista Estudos feministas, ano 6, segundo semestre, 1998 .
- SAPPLETON, Natalie. Voluntary and Involuntary Childlessness – The joys of Otherhood?. Emerald Publishing Limited, 2018, Howard House, Wagon Lane, UK.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006 .
- SIMMEL, G. Sociologia. In: MORAES FILHO, E. (Org.). São Paulo: Ática, 1983.
- SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo. “Deixem as Mulheres que não Querem Filhos em Paz”: a Questão Materna nas narrativas produzidas por mulheres em ambientes online.